tente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação de Bragança, em regime de exclusividade, a partir de 1 de Fevereiro de 2006, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, e terá a duração de 3 anos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações, acrescida do subsídio de refeição, de Natal e de férias.

31 de Março de 2006. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho (extracto) n.º 9451/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 27 de Março de 2006:

Paula Cristina Ribeiro Gonçalves — celebrado contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para o lugar de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*.

10 de Abril de 2006. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 9452/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 3 de Abril de 2006:

Licenciado Rui Filipe Soares Salgueiro — celebrado contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para o lugar de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir da data de publicação no *Diário da República*.

10 de Abril de 2006. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 9453/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 3 de Abril de 2006:

Licenciado Rui Tomás Monteiro — celebrado contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para o lugar de técnico superior principal, da carreira técnica superior, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir da data de publicação no *Diário da República*.

10 de Abril de 2006. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Rectificação n.º 618/2006. — Para os devidos efeitos, declara-se que os estatutos da Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, publicados em anexo ao despacho n.º 7272/2006, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 31 de Março de 2006, saíram com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 1.º, n.º 3, onde se lê «A ESART prossegue os seus fins no domínio do ensino da artes aplicadas, visando:» deve ler-se «A ESART prossegue os seus fins no domínio do ensino das artes aplicadas, visando:».

No artigo 15.º, n.º 3, onde se lê «3 — São membros eleitos:

- Três professores ou equiparados, quando dispuser de 20 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 10;
- Um encarregado de trabalhos, quando dispuser pelo menos de cinco;
- Cinco estudantes, quando existam 500 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por grupo completo de 500;
- Dois funcionários não docentes, de carreiras diferentes, quando dispuser de 30 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 20.»

deve ler-se «3 — São membros eleitos:

- Três professores ou equiparados, quando dispuser de 20 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 10;

- Dois assistentes ou equiparados, quando dispuser de 25 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 20;
- Um encarregado de trabalhos, quando dispuser pelo menos de cinco;
- Cinco estudantes, quando existam 500 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 500;
- Dois funcionários não docentes, de carreiras diferentes, quando dispuser de 30 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 20.»

No artigo 16.º, n.º 1, alínea *i*), onde se lê «Elaborar e aprovar o seu regulamento intern.» deve ler-se «Elaborar e aprovar o seu regulamento interno», no artigo 16.º, n.º 2, onde se lê «A reprovação do plano de actividades referidos na alínea *d*) do n.º 1 deste artigo obriga à apresentação de novo plano no prazo máximo de 30 dias» deve ler-se «A reprovação do plano de actividades referido na alínea *d*) do n.º 1 deste artigo obriga à apresentação de novo plano no prazo máximo de 30 dias».

No artigo 29.º, n.º 3, onde se lê «O conselho consultivo elaborará o seu regulamento interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta os seus membros» deve ler-se «O conselho consultivo elaborará o seu regulamento interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos seus membros».

E no artigo 34.º, onde se lê «2 — Integram cada unidade os professores, assistentes e equiparados com formação nos respectivos domínios do saber e cuja actividade se desenvolva predominantemente no âmbito dessa unidade científico-pedagógica.

3 — Cada unidade científico-pedagógica pode ter a colaboração de docentes de outras unidades ou de outras instituições, quando tal se revelar útil ao prosseguimento das suas actividades.»

deve ler-se «1 — Integram cada unidade os professores, assistentes e equiparados com formação nos respectivos domínios do saber e cuja actividade se desenvolva predominantemente no âmbito dessa unidade científico-pedagógica.

2 — Cada unidade científico-pedagógica pode ter a colaboração de docentes de outras unidades ou de outras instituições, quando tal se revelar útil ao prosseguimento das suas actividades.»

10 de Abril de 2006. — A Presidente, *Ana Maria B. O. Dias Malva Vaz*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 5128/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Março de 2006, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, deste Instituto, foi autorizada a celebrar contrato administrativo de provimento com a mestre Andreia Filipa Aires Alves Dores Tiago, em regime de tempo parcial, quatro horas semanais, na categoria de equiparada a professor-adjunto, de 1 de Março a 31 de Agosto de 2006.

10 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

Despacho n.º 9454/2006 (2.ª série). — Ao abrigo dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 4.º, do n.º 8 do artigo 6.º e do n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e da confirmação de declaração de cabimento da 11.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento de 9 de Fevereiro de 2006, nomeio na categoria de assessor, área de serviço social, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Coimbra, a licenciada Sofia Margarida Vasques Braga da Cruz.

7 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Declaração n.º 70/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 1.º e no n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 18 de Agosto, publica-se o valor dos subsídios atribuídos pelo Instituto Politécnico da Guarda no 2.º semestre do ano de 2005 para realização de actividades de carácter cultural e desportivo:

Associação Académica da Guarda — € 1250.

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos — € 1000.

Associação Cultural Copituna d'Oppidana — € 500.

10 de Abril de 2006. — O Presidente, *Jorge Manuel Monteiro Mendes*.